Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC)

Manual de Coleta

2017



Sumário

lı	ntrodução	4
1	Aspectos Metodológicos da pesquisa	5
	1.1 Objetivos da pesquisa	5
	1.2 Unidade de investigação e Informante	5
	1.3 Período de Referência e Abrangência Geográfica	5
	1.4 Instrumentos de coleta	5
2	Instruções de Preenchimento	6
	2.1 Instruções Gerais	6
	2.2 Instruções de preenchimento	7
	Bloco 01 – Responsável pela Coleta	7
	Bloco 02 – Identificação do Estado	7
	Bloco 03 – Informações do Governo Estadual	7
	Bloco 04 – Recursos Humanos	10
	Bloco 05 – Habitação	13
	Bloco 06 – Transporte	27
	Bloco 07 – Agropecuária	42
	Bloco 08 – Meio Ambiente	71

A Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC, nesta sexta edição de 2017 vem coletar informações específicas sobre as atividades e a infraestrutura da gestão estadual.

O objeto do interesse da ESTADIC é a gestão dos estados, no que diz respeito à organização, quadro funcional, recursos institucionais, políticas de planejamento, programas e ações públicas.

O caráter de pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública estadual insere a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais no conjunto das pesquisas sociais e demais estudos empíricos que voltam a atenção para o estado.

Este manual contém as instruções para a compreensão dos objetivos dos blocos e o correto preenchimento dos questionários.

1 . Aspecto Metodológico da Pesquisa

1.1 - Objetivo da Pesquisa

A Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, tem como objetivo levantar informações que permitam produzir um quadro geral sobre as administrações estaduais, com a construção de um amplo perfil dos estados brasileiros, no que se refere às suas administrações públicas.

1.2 - Unidades de Investigação e Informantes da Pesquisa

A unidade principal de investigação é o governo estadual, composto de vários setores que fornecem as informações para a pesquisa. Como esses setores têm frequentemente, um relativo grau de autonomia de ação, as informações coletadas são, da mesma maneira, respondidas pelos diferentes setores e por diferentes pessoas. Assim, as informações coletadas nos estados são resultado de uma consulta a diversas pessoas que detém as informações específicas de cada órgão público estadual.

1.3 - Período de Referência e Abrangência Geográfica

A data de referência da ESTADIC é o momento em que ela vai a campo, ou seja, o dia da entrevista no ano de 2017, excetuando-se somente aqueles quesitos em que possa haver menção explícita à data ou período. Nestes casos, fica adotado o que consta no quesito.

Quanto à abrangência geográfica, a ESTADIC investiga os 26 estados do território nacional e o Distrito Federal.

1.4 - Instrumentos de Coleta

A Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC - vai a campo, investigando temas relativos ao poder público estadual, como recursos humanos, habitação, transporte, agropecuária e meio ambiente de todas as unidades da federação.

Os temas da ESTADIC deverão ser respondidos por pessoa qualificada do governo estadual, onde está sendo efetuada a coleta de informações.

2. Instruções de Preenchimento

2.1 Instruções Gerais

- ✓ as expressões e os conceitos usados nos quesitos que demandam um esclarecimento ou definição constam no próprio questionário, para facilitar tanto ao agente de coleta quanto ao informante, em caso de dúvida;
- ✓ o questionário deve ser preenchido com caneta esferográfica azul ou preta, em letra de forma e maiúscula;
- ✓ somente nos casos em que os campos disponíveis no quesito não sejam suficientes para o preenchimento por extenso, poderão ser utilizadas abreviaturas;
- √ os campos numéricos devem ser preenchidos da direita para a esquerda,

Exemplo:				
			4	5

√ os campos numéricos devem ser preenchidos com 0 (zero) quando a quantidade perguntada no quesito for nula,

Exemplo:				
				0

√ nos campos numéricos, quando existir a informação e o informante não souber a quantidade exata, o técnico deve preencher todo o campo com 8,

Exemplo:						
	8	8	8	8	8	8

- ✓ em alguns quesitos, existem comandos que determinam a sua sequência. Estes comandos apresentam-se de duas formas: sob a forma de setas ou comandos redigidos ao lado das quadrículas;
- ✓ não pode haver quesito EM BRANCO exceto nos SALTOS previstos no questionário e no Bloco 03, os quesitos 4 (Número), 5 (Complemento) e 6 (Bairro);
- √ no final de todos os blocos do questionário há um quesito de preenchimento obrigatório, que se refere à identificação do informante. Caso o informante já tenha sido identificado em outro bloco, basta preencher o item 1 do quesito;

2.2 Instruções de Preenchimento Questionário Básico

► BLOCO 01 - RESPONSÁVEL PELA COLETA

Bloco de preenchimento obrigatório com o nome e o número do SIAPE do técnico do IBGE, responsável pela coleta das informações, e as datas de início e término da coleta.

► BLOCO 02 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO

Bloco de preenchimento obrigatório com o código numérico da Unidade da Federação onde está sendo efetuada a coleta de informações e o **nome completo da Unidade da Federação**.

► BLOCO 03 - INFORMAÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL

Quesito 1 - CNPJ do governo estadual:

Registre o número do CNPJ do governo estadual.

Quesito 2 - Telefone do governo estadual:

Registre o número do DDD e do telefone do governo estadual.

Quesito 3 - Logradouro:

Registre o tipo do logradouro (rua, avenida, rodovia, praça, etc.) e o nome do logradouro, por extenso, onde está localizada a sede do governo estadual. Somente nos casos em que os campos disponíveis no quesito não sejam suficientes para o preenchimento por extenso do endereço, poderão ser utilizadas abreviaturas, como por exemplo: R. (rua), Av. (avenida) e Pç (praça), etc.

Quesito 4 - Número:

Registre o número do prédio onde está localizado o governo estadual. Caso o prédio não

possua numeração, o quesito pode ficar em branco.

Quesito 5 – Complemento:

Registre o tipo de complemento (bloco, grupo, andar, sala, loja, etc), deixando, se possível, um espaço em branco entre as palavras. *Caso não possua complemento, o quesito pode ficar em branco.*

Exemplo:



Quesito 6 - Bairro:

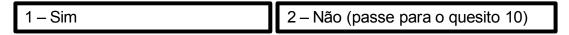
Registre o nome do bairro por extenso. Caso o município não possua divisão por bairro, o quesito pode ficar em branco.

Quesito 7 - CEP:

Registre o CEP do logradouro onde está localizado o governo estadual.

Quesito 8 - O governo estadual tem e-mail?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 9 - E-mail do governo estadual:

Se o governo estadual possui e-mail, informar o endereço do e-mail.

Todo endereço de e-mail traz o símbolo "@".

Exemplo: gabinete.mg@mg.gov.br

Quesito 10 - Nome do(a) governador(a):

Registre o nome do(a) governador(a): sem utilizar abreviaturas.

Pode ser informado o nome pelo qual o(a) governador(a) concorreu à eleição.



Apesar de parecer que há muita liberdade, existem regras previstas por lei para a escolha do nome de urna, aquele que aparecerá na urna ao digitar o número do candidato. Este nome é solicitado no pedido de registro de candidatura, junto com outras informações, como nome completo, número de candidato, título de eleitor, etc.

Segundo o artigo 31 da Resolução nº 23.455, de 15 de dezembro de 2015, do Tribunal Superior Eleitoral, o nome de urna do candidato deve ter no máximo 30 caracteres, incluindo os espaços entre os nomes, e podem ser utilizados os primeiros nomes, o sobrenome, o nome abreviado, um apelido ou nome pelo qual o candidato é mais conhecido. É importante lembrar que o nome escolhido não pode deixar dúvidas sobre a identidade do candidato, e é o juiz eleitoral quem aceita ou não o nome de urna, assim como todo o pedido de registro de candidatura.

► BLOCO 04 - RECURSOS HUMANOS

Objetivo

Registro de todas as pessoas ocupadas na administração direta e administração indireta, caso exista, por vínculo empregatício.

NOS QUESITOS 1 e 3:



Quando o valor de algum item for desconhecido, preencher com 888888. É necessária atenção no preenchimento dos itens no sistema, neste caso, pois todo o campo terá de ser preenchido com o número 8.

Caso não existam valores em quaisquer dos itens, registre 0 (zero) no último campo à direita.

No caso de algum item ser preenchido com 888888, o total da linha será sempre superior à soma dos valores diferentes de 888888.



Estat	utários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	Total
1.1	2	1.2	1.3 8 8 8 8 8 8 8	1.4 8 8 8 8 8 8 8	1.5	1.6

Quesito 1 – Registre a quantidade de pessoas ocupadas na administração direta estadual por vínculo empregatício:

Administração direta - A administração Direta ou Centralizada é formada pelos serviços integrados na estrutura do governo estadual, constitui-se do Gabinete do Governador e das Secretarias Estaduais.

Registre a quantidade de:

1.1 - Estatutários	servidor regido pelo Regime Jurídico Único (RJU).
1.2 - Celetistas	servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
1.3 – Somente comissionados	é o ocupante de cargo em comissão que não possui cargo efetivo. Tem como vínculo com a prefeitura, apenas o cargo comissionado que exerce.
1.4 - Estagiários	é o aluno regularmente matriculado que frequente, efetivamente, curso vinculado à estrutura do ensino público e particular, no nível superior ou no ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior, ou escolas de educação especial, aceitos na administração pública municipal, para o desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação profissional.
1.5 – Sem vínculo permanente	é o cedido por outra entidade, o prestador de serviço autônomo, o voluntário, dentre outros.
1.6 - Total	somatório dos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5, se todos os itens forem diferentes de 888888.

Quesito 2 – Existe administração indireta estadual?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 4)

Administração indireta - representa o conjunto de entes públicos estaduais dotados de personalidade jurídica própria, que são chamadas de entidades administrativas, como as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas.

Quesito 3 - Registre a quantidade de pessoas ocupadas na administração indireta

por vínculo empregatício:

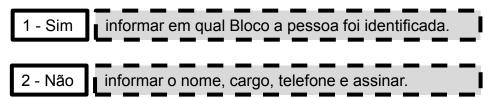
Existindo administração indireta no governo estadual, registre a quantidade de:

3.1 - Estatutários	servidor regido pelo Regime Jurídico Único (RJU).
3.2 - Celetistas	servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
3.3 – Somente comissionados	é o ocupante de cargo em comissão que não possui cargo efetivo. Tem como vínculo com a prefeitura, apenas o cargo comissionado que exerce .
3.4 - Estagiários	é o aluno regularmente matriculado que frequente, efetivamente, curso vinculado à estrutura do ensino público e particular, no nível superior ou no ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior, ou escolas de educação especial, aceitos na administração pública municipal, para o desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação profissional.
3.5 – Sem vínculo permanente	é o cedido por outra entidade, o prestador de serviço, o voluntário, dentre outros.
3.6 - Total	somatório dos itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5, se todos os itens forem diferentes de 888888.

Quesito 4 – A pessoa responsável pela informação foi identificada:

Este quesito investiga se a pessoa responsável pelo Bloco de Recursos Humanos já foi identificada em outro Bloco do questionário.

Assinale, conforme o caso, a opção:



► BLOCO 05 – HABITAÇÃO

Objetivo

Conhecer a estrutura organizacional para tratar do tema, instrumentos voltados para a política, programas ou ações para atender as necessidades da população e a existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais e algumas características do cadastro.

Quesito 1 – O órgão responsável pela habitação no estado caracteriza-se como:

Consideramos como secretarias, aquelas unidades organizacionais do governo estadual de primeiro escalão que, embora possam ter nomenclatura diferente, podem ser chamadas de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outras.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Secretaria estadual exclusiva

quando o órgão gestor trata da política isoladamente.

2 - Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais quando o órgão gestor trata da política em conjunto com outras.

3 - Setor subordinado a outra secretaria

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional do estado, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a outra política.

4 - Setor subordinado diretamente à chefia do executivo

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional do estado, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

5 - Órgão da administração indireta quando o órgão gestor da política é uma entidade da administração indireta estadual, podendo se apresentar como uma fundação ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou autarquia.

6 - Não possui estrutura (passe para o quesito 6)

quando não existe estrutura organizacional no governo para a gestão da política no estado.

Exemplos de preenchimento dos quesitos 1 e 2:

1) A política de habitação é desenvolvida pela Secretaria Estadual de Habitação.

Caracterização: Secretaria estadual exclusiva;

Nome do órgão gestor da habitação: Secretaria Estadual de Habitação.

2) A política de habitação é desenvolvida junto com a de desenvolvimento urbano na Secretaria Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Caracterização: Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais:

Nome do órgão gestor da habitação: Secretaria Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

3) A política de habitação está alocada como um departamento da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor da habitação: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano.

4) A política de habitação está alocada como um departamento da Diretoria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, que possui status de secretaria.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor da habitação: Diretoria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano.

5) A política de habitação está alocada junto ao Gabinete do Governador.

Caracterização: Setor subordinado diretamente à chefia do executivo;

Nome do órgão gestor da habitação: Gabinete do Governador.

6) Não existe no governo estadual estrutura organizacional para tratar da política de habitação.

Caracterização: Não possui estrutura;

Nome do órgão gestor da habitação: em branco.

Quesito 2 – Nome do órgão gestor da habitação:

Se existe órgão gestor para a política de habitação, registre o nome do órgão gestor da política de habitação.

Quesito 3 – Sexo do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de habitação, informe o sexo do(a) titular do órgão gestor

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Masculino

2 - Feminino

Quesito 4 – Idade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de habitação, informe a idade do(a) titular do órgão gestor.



Caso o preenchimento não seja feito pelo(a) próprio(a) gestor(a), e a pessoa responsável pelo preenchimento não saiba informar a idade exata, o quesito deverá ser preenchido com 88.

Quesito 5 – Escolaridade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de habitação, informe a escolaridade do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Ensino fundamental(1º Grau) incompleto

do antigo primário até o ginasial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

2 - Ensino fundamental (1º Grau) completo

do antigo primário até o ginasial, tendo concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

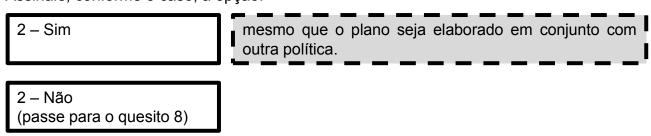
3 - Ensino médio (2° Grau) incompleto

o antigo científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter concluído todo o 2º grau.

4 - Ensino médio (2º Grau) completo	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, tendo concluído todo o 2º grau.
5 - Ensino superior incompleto	graduação superior não concluída.
6 - Ensino superior completo	graduação superior concluída.
7 - Pós-graduação	cursos de pós-graduação lato sensu (especialização incluindo os cursos designados como MBA - Master Business Administration) concluídos.
8 - Mestrado	mestrado concluído.
9 - Doutorado	doutorado concluído.

Quesito 6 – O estado possui Plano Estadual de Habitação?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Plano Estadual de Habitação - é um conjunto de objetivos, metas, diretrizes e instrumentos de ação e intervenção que expressam a orientação do planejamento local do setor habitacional, tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados no estado. Tem como objetivo promover o planejamento das ações no setor habitacional e deve apontar metas e prioridades de atendimento e apresentar um plano de ação para a gestão estadual.

Exemplos:

Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Rio Grande do Norte(http://www.cehab.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=35031&ACT =null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Programas).

Plano Estadual de Habitação do Espírito Santo (link de acesso: https://sedurb.es.gov.br/plano-estadual-de-habitacao-2).

Quesito 7 – São aspectos do Plano Estadual de Habitação:

Se o estado possui Plano Estadual de Habitação, informe aspectos da política habitacional que são tratados no plano.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

7.1 - Integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade

articulação das ações de habitação com políticas urbanas e sociais, incluindo o acesso a equipamentos sociais (equipamentos de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, assistência social, dentre outros) e de infraestrutura (rede telefônica, saneamento, energia, transporte, atividades de produção e comercialização de bens e serviços, dentre outras), bem como a proteção dos recursos naturais e da paisagem.

7.2 - Garantir o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e das edificações existentes aproveitamento da infraestrutura e edificações já existentes revertendo a tendência de expulsão da população de baixa renda para áreas do estado menos dotadas de infraestrutura, áreas de risco e de proteção ambiental.

7.3 - Promover a urbanização e recuperação física de favelas e loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existentes

através de ações de urbanização, assistência técnica à autoconstrução e de crédito para reforma, ampliação ou melhoria das habitações, bem como a regularização fundiária (processo de intervenção pública que objetiva legalizar a permanência da população que reside em áreas ocupadas em desconformidade com a lei).

7.4 - Garantir, no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas

atendimento à população que vive em área de risco, a remoção, sendo encaminhada para residências provisórias até o seu reassentamento definitivo.

7.5 - Coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais nas áreas inadequadas para essa finalidade nas áreas de preservação ambiental e de mananciais, nas remanescentes de desapropriação, nas de uso comum do povo e nas áreas de risco, oferecendo alternativas habitacionais em locais apropriados e a destinação adequada a essas áreas.

7.6 - Produção de novas unidades habitacionais de interesse social

produção de habitação destinada à população cujo nível de renda dificulta ou impede o acesso à moradia.

7.7 - Articular as instâncias municipal, estadual e federal de política e financiamento habitacional, visando a otimização dos recursos disponíveis

viabilizar a atuação integrada e articulada, do ponto de vista institucional e financeiro, com os demais níveis de governo.

7.8 - Priorizar ações nas áreas de risco

priorização de ações de melhoria habitacional ou relocação de moradias que se encontram em áreas de riscos.

7.9 - Outros

Quesito 8 – O estado realizou alguma Conferência Estadual de Habitação nos últimos 4 anos?

Este quesito investiga se o estado realizou, nos últimos 4 anos (2013, 2014, 2015 ou 2016), a Conferência Estadual de Habitação.

Assinale, conforme o caso, a opção:

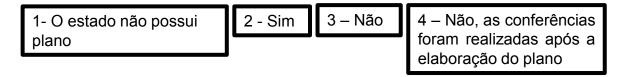
1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 9)

Conferências Estaduais de Habitação - são espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização das diretrizes da política estadual de habitação. Sua principal característica é reunir governo e sociedade civil organizada para debater e decidir as prioridades da política pública habitacional. A diretriz de toda conferência deve ser assegurar ampla participação da sociedade na elaboração da política habitacional estadual.

Quesito 8.1 - Foram consideradas como elementos de referência para a elaboração e desenvolvimento do Plano Estadual de Habitação as deliberações das conferências realizadas?

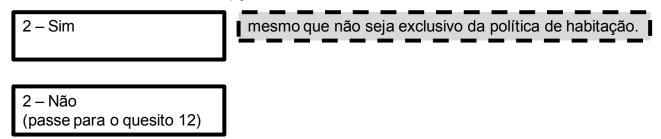
Se realizou alguma Conferência Estadual de Habitação, informe se as deliberações das conferências foram elementos de referência para a elaboração e desenvolvimento do Plano Estadual de Habitação.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 9 – O estado possui Conselho Estadual de Habitação ou similar?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Conselhos estaduais - são canais de participação do cidadão nos assuntos do estado. São a forma mais direta que os habitantes têm de participar das decisões administrativas do seu estado (sendo as outras formas de participação direta as conferências, seminários, fóruns e audiências públicas).

Exemplos:

Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social, Conselho Estadual de Habitação e Política Urbana, Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Conselho Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social.

Quesito 9.1 - Lei/ano de criação:

Se o estado possui Conselho Estadual de Habitação, informe o número da lei e ano de criação do conselho.

Todo conselho é criado por **Lei**, que estabelece suas competências e representantes, entre outras informações.



No preenchimento dos itens correspondentes à lei e/ou ano de criação do conselho, quando desconhecidos, preencher o campo com: 888888/8888 ou 888888/Ano ou Lei/8888.

Exemplo:



Quesito 9.2 - O Conselho é:

Se o estado possui Conselho Estadual de Habitação, informe a composição do conselho. Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Paritário	quando o número de conselheiros da sociedade é igual ao número dos conselheiros da administração pública.
2 - Tem maior representação governamental	quando o número de conselheiros da administração pública é maior.
3 - Tem maior represen- tação da sociedade civil	quando o número de conselheiros da sociedade é maior.

Quesito 10 - Caráter do Conselho:

Se o estado possui Conselho Estadual de Habitação, informe o caráter do conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

10.1 - Consultivo	é aquele em que seus integrantes têm o papel de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.
10.2 - Deliberativo	é aquele que, efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
10.3 - Normativo	é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
10.4 - Fiscalizador	é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

Quesito 11 - Quantidade de reuniões realizadas pelo Conselho Estadual de Habitação nos últimos 12 meses:

Se o estado possui Conselho Estadual de Habitação, informe a quantidade de reuniões (sejam elas ordinárias ou extraordinárias) realizadas nos últimos 12 meses (**considere os doze meses anteriores ao mês da coleta**).

A frequência das reuniões ordinárias é estabelecida no regimento interno do conselho. Sempre que necessário, convocam-se reuniões extraordinárias, segundo os critérios também definidos no regimento interno.



No preenchimento do item correspondente à quantidade de reuniões, quando desconhecida, preencher o campo com 888.

Quesito 12 - O estado possui Fundo Estadual de Habitação ou similar?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim

2 – Não (passe para o quesito 14)

Fundos - fundos são parcelas de recursos financeiros reservados para determinados fins especificados em lei, os quais devem ser alcançados através de planos de aplicação elaborados pelo respectivo gestor, sujeitos obrigatoriamente ao controle externo do Tribunal de Contas.

Quesito 12.1 - O conselho gestor do Fundo é o Conselho Estadual de Habitação ou similar?

Se o estado possui Fundo Estadual de Habitação, este quesito investiga se o conselho gestor do Fundo é o Conselho Estadual de Habitação.

Um Fundo requer que sua gestão seja feita por um Conselho cuja composição e competência são definidas, caso a caso, nas leis que criam o Fundo. A possibilidade de uma gestão mais aberta com representantes de diferentes interesses tem levado a que muitos governos encontrem nessa combinação, Fundo + Conselho, uma solução para determinadas demandas populares em relação ao controle externo e a definição de prioridades de ação.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1- Sim

2 - Não

3 – O fundo possui um conselho gestor próprio

Quesito 13 - O Fundo Estadual de Habitação reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais?

Se o estado possui Fundo Estadual de Habitação, informe se o Fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1- Sim 2 - Não

Exemplo de recursos de outras fontes:

- Recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- 2) Recursos provenientes de entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais, dentre outras.

Quesito 14 – O estado possui cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais?

Este quesito investiga a existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, criado para orientar e subsidiar a política habitacional do estado.

Devem ser considerados cadastros que estejam em planilhas eletrônicas ou correlatos. Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não
(passe para o quesito 15)

se o cadastro existente for apenas o Cadastro do Bolsa Família.

Quesito 14.1 – Em que ano foi realizado?

Se existe cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, informe o ano em que foi realizado o cadastro ou o levantamento.

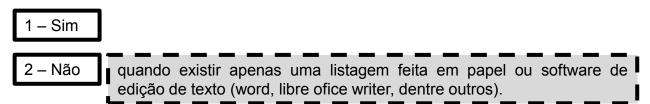


No preenchimento do ano de realização do cadastro, quando desconhecido, preencher o campo com 8888.

Quesito 14.2 – O cadastro é informatizado?

Se existe cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, informe se o cadastro ou levantamento é informatizado.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 14.3 – O cadastro inclui a natureza do benefício habitacional pretendido pelas famílias?

Se existe cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, informe se no cadastro ou no levantamento é informada a natureza do benefício habitacional pretendido pelo inscrito.

Assinale, conforme o caso, a opção:

Benefício habitacional – constituído por subsídios financeiros, regularização fundiária, materiais para construção, ampliação e reforma de moradias, dentre outros.

Quesito 15 – Foram realizados pelo governo estadual, nos anos de 2015 e/ou 2016, programas ou ações de:

Este quesito investiga se o governo estadual realizou, **por sua iniciativa exclusiva ou em parceria com outras instituições**, programas ou ações habitacionais, nos anos de 2015 e 2016.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

15.1 – Construção de unidades habitacionais isoladas agrupadas para redução do déficit habitacional.

15.2 – Aquisição de unidades habitacionais

aquisição de unidades, ou concessão de crédito e subsídios para aquisição de unidades habitacionais.

15.3 – Melhoria de unidades habitacionais

conjunto de ações voltadas para apoiar a construção, reforma e/ou ampliação de unidades habitacionais de forma a melhorar a qualidade das unidades.

15.4 – Oferta de material de construção

oferta de material de construção para construção ou melhoria de unidades habitacionais.

15.5 - Oferta de lotes

oferta de lotes subsidiados ou não.

15.6 – Regularização fundiária

promove ações que propiciem a regularização fundiária de unidades habitacionais, concretizando o direito à moradia.

15.7 – Urbanização de assentamentos

atuação em assentamentos precários passíveis de urbanização e regularização, visando à melhoria das condições de moradia, integração urbana articulada ao desenvolvimento urbano, prevendo a implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.

15.8 – Nenhum dos programas ou ações

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Regularização fundiária - conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno

desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Lei Federal nº 11.977/2009).

Quesito 16 – O governo estadual tem algum programa que conceda o benefício do aluguel social?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Aluguel social - é um benefício assistencial de caráter temporário, que pode ser pago pelo estado, destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco, desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária ou calamidade pública. O benefício é concedido normalmente por um prazo de 6 (seis) meses, podendo ser renovado.

Quesito 17 – A pessoa responsável pela informação foi identificada:

Este quesito investiga se a pessoa responsável pelo Bloco de Habitação já foi identificada em outro Bloco do questionário, caso não, identificá-la.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim informar em qual Bloco a pessoa foi identificada.2 - Não informar o nome, cargo, telefone e assinar.

▶ BLOCO 06 – TRANSPORTE

Objetivo

Obter informações sobre a estrutura organizacional e instrumentos para a ação estadual na política de transporte e a interlocução com a sociedade civil através da existência do Conselho Estadual.

Quesito 1 – O órgão responsável pelo transporte no estado caracteriza-se como:

Consideramos como secretarias, aquelas unidades organizacionais do governo estadual de primeiro escalão que, embora possam ter nomenclatura diferente, podem ser chamadas de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outras.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Secretaria estadual exclusiva

quando o órgão gestor trata da política isoladamente.

2 - Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais

quando o órgão gestor trata da política em conjunto com outras.

3 - Setor subordinado a outra secretaria

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional do estado, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a outra política.

4 - Setor subordinado diretamente à chefia do executivo

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional do estado, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

5 - Órgão da administração indireta quando o órgão gestor da política é uma entidade da administração indireta estadual, podendo se apresentar como uma fundação ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou autarquia.

6 - Não possui estrutura (passe para o quesito 6)

quando não existe estrutura organizacional no governo para a gestão da política no estado.

Exemplos:

1) A política de transporte é desenvolvida pela Secretaria Estadual de Transporte.

Caracterização: Secretaria estadual exclusiva;

Nome do órgão gestor do transporte: Secretaria Estadual de Transporte.

2) A política de transporte é desenvolvida junto com a de trânsito e mobilidade na

Secretaria Estadual de Trânsito, Transporte e Mobilidade

Caracterização: Secretaria estadual em conjunto com outras políticas

setoriais:

Nome do órgão gestor do transporte: Secretaria Estadual de Trânsito,

Transporte e Mobilidade.

3) O transporte está alocado como um departamento da Secretaria Estadual de

Mobilidade.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor do transporte: Secretaria Estadual de Mobilidade.

4) A política de transporte está alocada como um departamento da Coordenação

de Desenvolvimento, Planejamento e Mobilidade Urbana, que possui status de

secretaria.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor do transporte: Coordenação de Desenvolvimento,

Planejamento e Mobilidade Urbana.

5) A política de transporte está alocada junto ao Gabinete do Governador.

Caracterização: Setor subordinado diretamente à chefia do executivo:

Nome do órgão gestor do transporte: Gabinete do Governador.

6) Não existe no governo estadual estrutura organizacional para tratar da política

de transporte.

Caracterização: Não possui estrutura;

Nome do órgão gestor do transporte: em branco.

Quesito 2 – Nome do órgão gestor do transporte:

Se existe órgão gestor para a política de transporte, registre o nome do órgão gestor da política de transporte.

Quesito 3 – Sexo do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de transporte, este quesito investiga o sexo do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Masculino

2 - Feminino

Quesito 4 – Idade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de transporte, este quesito investiga a idade do(a) titular do órgão gestor.



Caso o preenchimento não seja feito pelo(a) próprio(a) gestor(a), e a pessoa responsável pelo preenchimento não saiba informar a idade exata, o quesito deverá ser preenchido com 88.

Quesito 5 – Escolaridade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de transporte, este quesito investiga a escolaridade do(a) do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Ensino fundamental (1º Grau) incompleto

do antigo primário até o ginasial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

2 - Ensino fundamental (1º Grau) completo

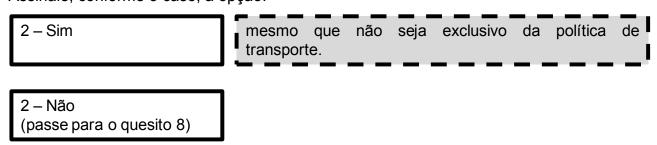
do antigo primário até o ginasial, tendo concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

3 - Ensino médio (2º Grau) incompleto	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter concluído todo o 2º grau.
4 - Ensino médio (2º Grau) completo	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, tendo concluído todo o 2º grau.
5 - Ensino superior incompleto	graduação superior não concluída.
6 - Ensino superior completo	graduação superior concluída.
7 - Pós-graduação	cursos de pós-graduação lato sensu (especialização incluindo os cursos designados como MBA - Master Business Administration) concluídos.
8 - Mestrado	mestrado concluído.
9 - Doutorado	doutorado concluído.

Quesito 6 – O estado possui Plano Estadual de Transporte?

Este quesito investiga a existência de Plano Estadual de Transporte.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Plano Estadual de Transporte - estabelece diretrizes, políticas, conceitos e regras para a circulação viária e para o sistema de transportes de maneira integrada, e as ações devem ser planejadas em termos de tempo e de recursos. A melhoria da qualidade de vida da população deve ser o principal eixo da política definida no

Plano de Transportes.

Exemplos:

Plano Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana, Plano Estadual de Transporte Coletivo Urbano, Plano Estadual de Mobilidade Urbana e Transporte Integrado, Plano Estadual de Transporte e Trânsito.

Quesito 7 – São aspectos do Plano Estadual de Transporte:

Se o estado possui Plano Estadual de Transporte, este quesito investiga seus aspectos.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

7.1 - Os serviços de transporte público coletivo intermunicipal

estabelece diretrizes, conceitos e regras para a circulação viária e para o sistema de transportes.

7.2 - A estrutura e a forma de organização do sistema de transporte público intermunicipal, bem como suas regras básicas de funcionamento

direcionar ações para a organização do transporte público intermunicipal, visando sua melhoria, assim como diretrizes, conceitos e regras de funcionamento.

7.3 - A política tarifária

conjunto de medidas, regras e normas estabelecidas pelo poder público que delimitam a forma de financiamento da operação do sistema de transporte público e a cobrança de contrapartida financeira por parte dos usuários.

7.4 - O apoio, promoção a integração dos serviços nas áreas que ultrapassem os limites de um município

estabelece diretrizes, conceitos e regras para proporcionar um uso eficiente e seguro do sistema viário para a movimentação de pessoas e bens.

7.5 - A operação do sistema metropolitano de transportes públicos de passageiros

direcionar ações para a organização do sistema metropolitano de transportes, levando em consideração as peculiaridades da demanda e da oferta do serviço, adotando arranjos institucionais específicos.

7.6 - A fiscalização do sistema metropolitano de transportes públicos de passageiros

de forma a assegurar seu correto planejamento, sua execução e sua operação

7.7 - Outros

Quesito 8 – O estado possui Conselho Estadual de Transporte ou similar?

Assinale, conforme o caso, a opção:

2 – Sim mesmo que não seja exclusivo da política de transporte.

2 – Não (passe para o quesito 11)

Conselhos estaduais - são canais de participação do cidadão nos assuntos do estado. São a forma mais direta que os habitantes têm de participar das decisões administrativas do seu estado (sendo as outras formas de participação direta as conferências, seminários, fóruns e audiências públicas).

Exemplos:

Conselho Estadual de Trânsito e Transportes, Conselho de Transporte e Mobilidade.

Quesito 8.1 - Lei/ano de criação:

Se o estado possui Conselho Estadual de Transporte, este quesito investiga o número da lei e ano de criação do Conselho.

Todo conselho é criado por **Lei**, que estabelece suas competências e representantes, entre outras informações.



No preenchimento dos itens correspondentes à lei e/ou ano de criação do conselho, quando desconhecidos, preencher o campo com: 888888/8888 ou 888888/Ano ou Lei/8888.

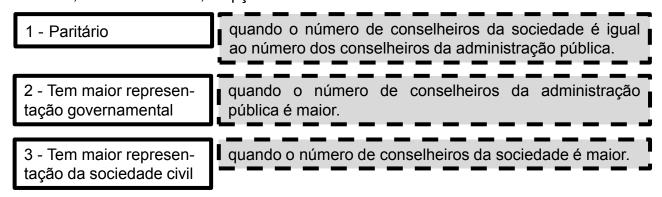
Exemplo:



Quesito 8.2 - O Conselho é:

Se o estado possui Conselho Estadual de Transporte, este quesito investiga a composição do Conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 9 - Caráter do Conselho:

Se o estado possui Conselho Estadual de Transporte, este quesito investiga o caráter do Conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

9.1 - Consultivo	é aquele em que seus integrantes têm o papel de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.
9.2 - Deliberativo	é aquele que, efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
9.3 - Normativo	é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
9.4 - Fiscalizador	é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

Quesito 10 - Quantidade de reuniões realizadas pelo Conselho Estadual de Transporte nos últimos 12 meses:

Se o estado possui Conselho Estadual de Transporte, este quesito investiga a quantidade de reuniões (sejam elas ordinárias ou extraordinárias) realizadas nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

A frequência das reuniões ordinárias é estabelecida no regimento interno do conselho. Sempre que necessário, convocam-se reuniões extraordinárias, segundo os critérios também definidos no regimento interno.



No preenchimento do item correspondente à quantidade de reuniões, quando desconhecida, preencher o campo com 888.

Quesito 11 - O estado possui Fundo Estadual de Transporte ou similar?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 13)

Fundos - fundos são parcelas de recursos financeiros reservados para determinados fins especificados em lei, os quais devem ser alcançados através de planos de aplicação elaborados pelo respectivo gestor, sujeitos obrigatoriamente ao controle externo do Tribunal de Contas.

Quesito 11.1 - O conselho gestor do Fundo é o Conselho Estadual de Transporte ou similar?

Se o estado possui Fundo Estadual de Transporte, este quesito investiga se o conselho gestor do Fundo é o Conselho Estadual de Transporte.

Um Fundo requer que sua gestão seja feita por um Conselho cuja composição e competência são definidas, caso a caso, nas leis que criam o Fundo. A possibilidade de uma gestão mais aberta com representantes de diferentes interesses tem levado a que muitos governos encontrem nessa combinação, Fundo + Conselho, uma solução para determinadas demandas populares em relação ao controle externo e a definição de prioridades de ação.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1- Sim 2 - Não 3 - O fundo possui um conselho gestor próprio

Quesito 12 - O Fundo Estadual de Transporte tem financiado ações e projetos para questões do transporte nos últimos 12 meses?

Se o estado possui Fundo Estadual de Transporte, este quesito investiga se o Fundo tem financiado ações e projetos para questões do transporte nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

Assinale, conforme o caso, a opção:

1- Sim 2 - Não

Exemplos de ações e projetos:

1) aquisição de veículos, barcas e afins;

- 2) obras civis e equipamentos de vias segregadas, vias exclusivas, faixas exclusivas e corredores dos sistemas de veículos sobre trilhos e pneus, inclusive sinalização;
- 3) construção ou modernização de terminais, incluindo bicicletários e garagens junto aos locais de integração dos modais;
- 5) aquisição ou implantação de equipamentos e sistemas de informática e/ou telecomunicações, inclusive tecnologias que otimizem a integração, controle e modernização do sistema de transporte público coletivo, como bilhetagem eletrônica e central de controle operacional, dentre outras.

Quesito 13 – Existe no estado transporte coletivo por ônibus intermunicipal?

Este quesito investiga a existência de serviços de transporte coletivo por ônibus intermunicipal, ou seja, os que circulam entre dois os mais municípios.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 17)

Quesito 13.1 – Especifique o tipo de regulamentação: (admite múltipla marcação)

Se existe no estado transporte coletivo por ônibus intermunicipal, este quesito investiga o tipo de regulamentação do serviço.

Assinale, conforme o caso, a opção:

a concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, **mediante licitação**, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado (lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).

13.1.2 - Permissão

permissão de serviço público é a delegação, a título precário (é o modo de conceder, usar ou gozar alguma coisa por mero favor ou permissão, sem constituir um direito), **mediante licitação**, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco (lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).

13.1.3 - Autorização

é um ato administrativo por meio do qual a administração | pública possibilita ao particular a realização de alguma atividade de predominante interesse deste.

13.1.4 - Serviço prestado diretamente pelo estado

quando o serviço é prestado diretamente pelo poder público estadual.

13.1.5 - Não regulamentado

Quesito 13.2 e 13.3 – Foi concedida através de licitação?

Se existe no estado transporte coletivo por ônibus intermunicipal, e sendo regulamentado por concessão ou permissão, este quesito investiga se foram concedidas através de licitação.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

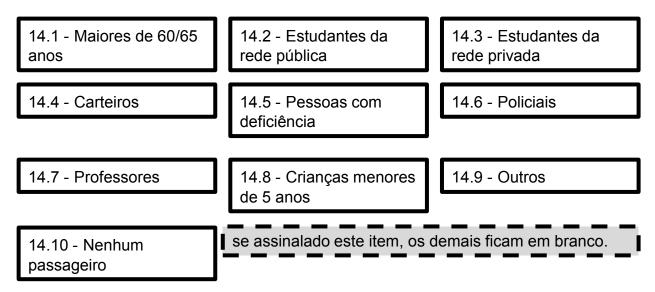
2 - Não

Licitação - é um processo administrativo que visa assegurar igualdade de condições a todos que queiram realizar um contrato com o Poder Público. A licitação é disciplinada por lei (Lei 8666 de 1993). Esta estabelece critérios objetivos de seleção das propostas de contratação mais vantajosas para o interesse público.

Quesito 14 – Dentre os passageiros abaixo relacionados, quais possuem isenção formal da tarifa do ônibus?

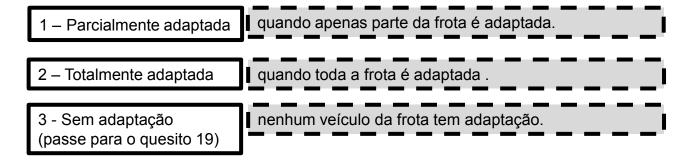
Se existe no estado transporte coletivo por ônibus intermunicipal, este quesito investiga os passageiros que possuem isenção de tarifa.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 15 – A frota de ônibus está adaptada para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?

Se existe no estado transporte coletivo por ônibus intermunicipal, este quesito investiga se a frota está adaptada para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.



Quesito 16 – Qual o tipo de adaptação para o embarque e desembarque adotada?

Se existe no estado transporte coletivo por ônibus intermunicipal e com a frota adaptada, este quesito investiga o tipo de adaptação da frota.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

16.1 - Piso baixo



16.2 - Piso alto com acesso realizado por plataforma de embarque/desembarque



16.3 - Piso alto equipado com plataforma elevatória veicular



16.4 – Não sabe

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 17 – Existe no estado transporte coletivo intermunicipal ferroviário (trem ou metrô)?

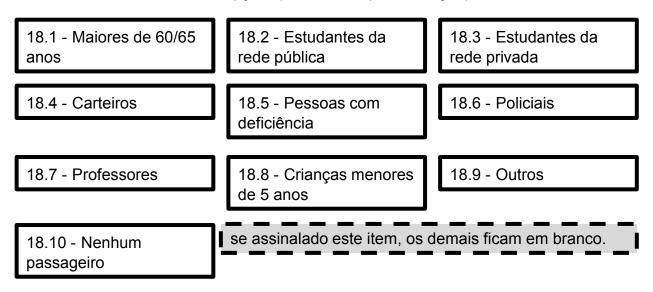
Este quesito investiga a existência de serviços de transporte coletivo intermunicipal ferroviário, ou seja, os que circulam entre dois os mais municípios.

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 20)

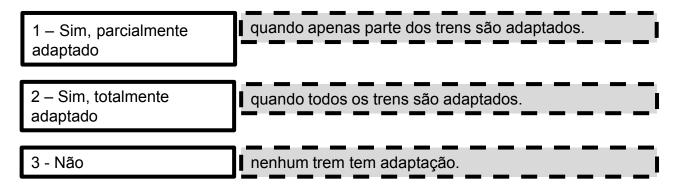
Quesito 18 – Dentre os passageiros abaixo relacionados, quais possuem isenção da tarifa no transporte intermunicipal ferroviário?

Se existe no estado transporte coletivo intermunicipal ferroviário, este quesito investiga os passageiros que possuem isenção de tarifa.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



19 - O sistema estadual de transporte coletivo intermunicipal ferroviário está adaptado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?



20 - Existe no estado transporte coletivo intermunicipal hidroviário?

Este quesito investiga a existência de transporte coletivo intermunicipal hidroviário, ou seja, os que circulam entre dois os mais municípios.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Quesito 21 – A pessoa responsável pela informação foi identificada:

Este quesito investiga se a pessoa responsável pelo Bloco de Transporte já foi identificada em outro Bloco do questionário, caso não, identificá-la.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim informar em qual Bloco a pessoa foi identificada.2 - Não informar o nome, cargo, telefone e assinar.

▶ BLOCO 07 – AGROPECUÁRIA

Objetivo

Obter informações sobre a estrutura organizacional e instrumentos para a ação municipal na política agropecuária e fornecer informações adicionais às pesquisas agropecuárias realizadas pelo IBGE.

Quesito 1 – O órgão gestor da política agropecuária caracteriza-se como:

Consideramos como secretarias, aquelas unidades organizacionais do governo estadual de primeiro escalão que embora possam ter nomenclatura diferente, podem ser chamadas de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outras.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Secretaria estadual exclusiva (passe para o quesito 3) quando o órgão gestor trata da política isoladamente.

2 - Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais quando o órgão gestor trata da política em conjunto com outras.

3 - Setor subordinado a outra secretaria

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional do estado, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a outra política.

4 - Setor subordinado diretamente à chefia do executivo (passe para o quesito 3)

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional do estado, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

5 - Órgão da administração indireta (passe para o quesito 3) quando o órgão gestor da política é uma entidade da administração indireta estadual, podendo se apresentar como uma fundação ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou autarquia.

6 - Não possui estrutura (passe para o quesito 7)

quando não existe estrutura organizacional no estado para a gestão da política no município.

Exemplos:

1) A política agropecuária é desenvolvida pela Secretaria Estadual da Política Agropecuária.

Caracterização: Secretaria estadual exclusiva;

Nome do órgão gestor da política agropecuária: Secretaria Estadual da Política Agropecuária.

Secretaria ou setor o qual a política agropecuária está associada ou subordinada: Em branco.

2) A política de agropecuária é desenvolvida junto com a de abastecimento na Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento

Caracterização: Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais;

Nome do órgão gestor da política agropecuária: Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.

Secretaria ou setor o qual a política agropecuária está associada ou subordinada: Abastecimento.

 A agropecuária está alocada como um departamento da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria:

Nome do órgão gestor da política agroecuária: Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Secretaria ou setor o qual a política agropecuária está associada ou subordinada: Meio Ambiente.

4) A política de agropecuária está alocada como um departamento da Coordenação de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, que possui status de secretaria.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor da política agropecuária: Coordenação de Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

Secretaria ou setor o qual a política agropecuária está associada ou subordinada: Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

5) A política de agropecuária está alocada junto ao Gabinete do Governador.

Caracterização: Setor subordinado diretamente à chefia do executivo;

Nome do órgão gestor da política agropecuária: Gabinete do Governador.

Secretaria ou setor o qual a política agropecuária está associada ou subordinada: Em branco.

 Não existe no governo estadual estrutura organizacional para tratar da política de agropecuária.

Caracterização: Não possui estrutura;

Nome do órgão gestor da política agropecuária: em branco.

Secretaria ou setor o qual a política agropecuária está associada ou subordinada: Em branco.

Quesito 2 – A que secretaria ou setor a agropecuária está associada ou subordinada?

Se existe órgão gestor para a política de agropecuária, caracterizado como secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais ou setor subordinado a outra secretaria, este quesito investiga a quais políticas a agropecuária está associada (secretaria estadual em conjunto com outras políticas) ou subordinada (setor subordinado a outra secretaria).

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

2.1 – Meio ambiente		2.2 - Desenvolvimento econômico	
2.3 - Trabalho		2.4 - Desenvolvimento rural	
2.5 - Abastecimento		2.6 - Administração	
2.7 - Finanças	2.8 - Pesca		2.9 - Outra

Quesito 3 – Nome do órgão gestor da política agropecuária:

Se existe órgão gestor para a política de agropecuária, registre o nome do órgão gestor da política agropecuária.

Quesito 4 – Sexo do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de agropecuária, este quesito investiga o sexo do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Masculino

2 - Feminino

Quesito 5 – Idade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de agropecuária, este quesito investiga a idade do(a) titular do órgão gestor.



Caso o preenchimento não seja feito pelo(a) próprio(a) gestor(a), e a pessoa responsável pelo preenchimento não saiba informar a idade exata, o quesito deverá ser preenchido com 88.

Quesito 6 – Escolaridade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de agropecuária, este quesito investiga a escolaridade do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

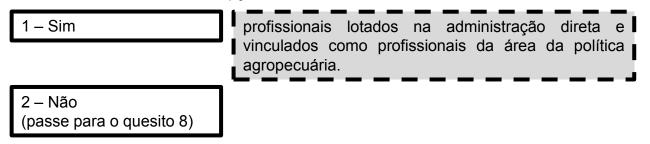
1 - Ensino fundamental (1º Grau) incompleto

do antigo primário até o ginasial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

2 - Ensino fundamental (1º Grau) completo	do antigo primário até o ginasial, tendo concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).
3 - Ensino médio (2º Grau) incompleto	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter concluído todo o 2º grau.
4 - Ensino médio (2º Grau) completo	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, tendo concluído todo o 2º grau.
5 - Ensino superior incompleto	graduação superior não concluída.
6 - Ensino superior completo	graduação superior concluída.
7 - Pós-graduação	cursos de pós-graduação lato sensu (especialização incluindo os cursos designados como MBA - Master Business Administration) concluídos.
8 - Mestrado	mestrado concluído.
9 - Doutorado	doutorado concluído.

Quesito 7 – O governo estadual possui, em seu quadro de funcionários efetivos, algum servidor com formação voltada para a agropecuária, no intuito de apoiar esta atividade no estado?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 7.1 – Qual a formação?

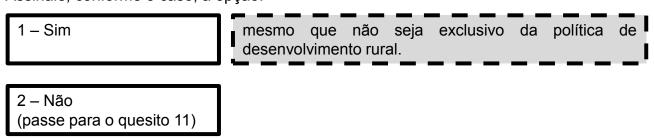
Se o governo estadual possui servidor com formação voltada para a agropecuária, este quesito investiga qual a formação.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

7.1.1 – Agronomia 7.1.2 - Veterinária		7.1.3 - Zootecnia
7.1.4 - Curso técnico agrícola		7.1.5 - Outra

Quesito 8 – O estado possui Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Conselhos estaduais - são canais de participação do cidadão nos assuntos do estado. São a forma mais direta que os habitantes têm de participar das decisões administrativas do seu estado (sendo as outras formas de participação direta as conferências, seminários, fóruns e audiências públicas).

Exemplos de conselhos em conjunto:

Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Inclusão Produtiva Rural.

Quesito 8.1 - Lei/ano de criação:

Se o estado possui Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, este quesito investiga o número da lei e ano de criação do Conselho.

Todo conselho é criado por **Lei**, que estabelece suas competências e representantes, entre outras informações.



No preenchimento dos itens correspondentes à lei e/ou ano de criação do conselho, quando desconhecidos, preencher o campo com: 888888/8888 ou 888888/Ano ou Lei/8888.

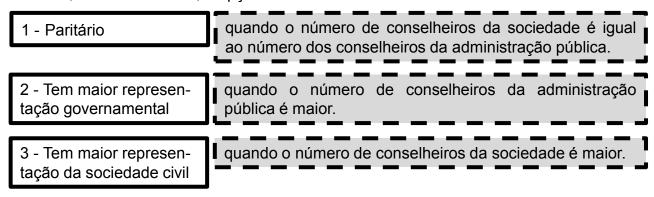
Exemplo:



Quesito 8.2 - O Conselho é:

Se o estado possui Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, este quesito investiga a composição do Conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 9 - Caráter do Conselho:

Se o estado possui Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, este quesito investiga o caráter do Conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

9.1 - Consultivo é aquele em que seus integrantes têm o papel de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.

9.2 - Deliberativo	é aquele que, efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
9.3 - Normativo	é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
9.4 - Fiscalizador	é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

Quesito 10 - Quantidade de reuniões realizadas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural nos últimos 12 meses:

Se o estado possui Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, este quesito investiga a quantidade de reuniões (sejam elas ordinárias ou extraordinárias) realizadas nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

A frequência das reuniões ordinárias é estabelecida no regimento interno do conselho. Sempre que necessário, convocam-se reuniões extraordinárias, segundo os critérios também definidos no regimento interno.



No preenchimento do item correspondente à quantidade de reuniões, quando desconhecida, preencher o campo com 888.

Quesito 11 – Programa ou ação de acesso facilitado aos produtores agropecuários desenvolvido pelo governo estadual:

Este quesito investiga se o governo estadual desenvolve programa ou ação, exclusivamente ou em parceria com outras instituições, de acesso facilitado a determinados insumos pelos produtores agropecuários e a forma de acesso.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Sementes - óvulo maduro e fecundado, contendo em seu interior uma planta embrionária.

Mudas - planta jovem (desde alguns dias até dois anos), em geral produzida para o posterior plantio no seu local definitivo.

Adubos - fertilizante que pode ser natural/orgânico ou químico (também designados sintéticos), destinado a manter a fertilidade do solo.

Ração ou forragem - alimento dado para animais.

Alevinos - são peixes recém saídos do ovo.

Outros insumos - inseticidas, fungicidas e herbicidas para lavouras, remédios veterinários (antibióticos, anti-inflamatórios etc.), produtos para a sanidade animal (carrapaticidas, inseticidas etc.), material de construção para estábulos, material de construção para estufas, moirões para cercas (estaca de concreto, madeira ou pedra que serve para construir uma cerca), dentre outros.

Exemplos:

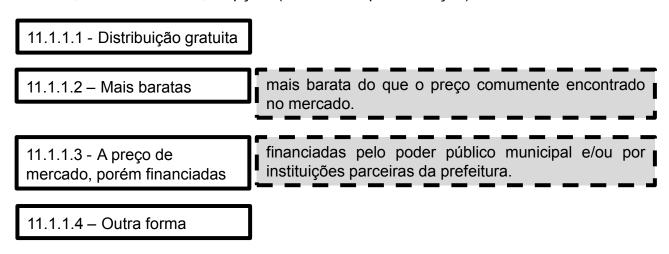
 Sementes - Duzentos e quinze agricultores de Extremoz (RN) receberam nesta segunda-feira (14/03) quase três toneladas de sementes de milho, feijão e sorgo do programa Bancos de Sementes do Governo do Estado do Rio Grande

- do Norte, executado pela Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Pesca;
- Mudas Governo do Estado do Acre entrega 25 mil mudas de café para produtores;
- Adubos Os pequenos produtores de cana de Pernambuco começaram a receber o adubo para aplicar nas lavouras. O programa do governo do estado, que existe há quatro anos, ajudou a melhorar o rendimento dos canaviais;
- 4) Ração O Governo do Estado, por meio da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa), está financiando a distribuição de ração animal pela metade do preço de mercado, com objetivo de auxiliar a preservação das culturas nas regiões mais atingidas pela seca;
- 5) Alevinos Programa Estadual de Incentivo e Apoio à Piscicultura veio para incrementar a criação de peixes em pequena e grande escala, criando linhas de crédito específico para o setor (MT).

Quesito 11.1.1, 11.2.1, 11.3.1, 11.4.1, 11.5.1 – Forma de acesso:

Se existe programa ou ação de acesso facilitado, este quesito investiga a forma de acesso aos insumos.

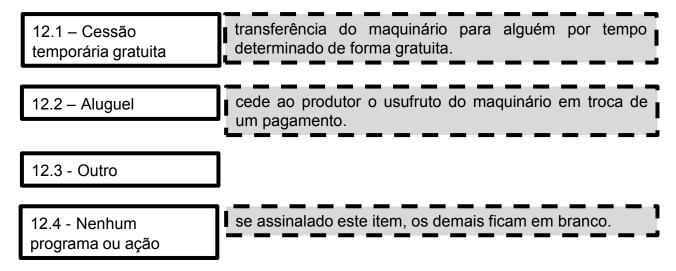
Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 12 – Programa ou ação para disponibilizar maquinário aos produtores agropecuários desenvolvido pelo governo estadual:

Este quesito investiga se o governo estadual desenvolve programa ou ação, exclusivamente ou em parceria com outras instituições, para disponibilizar maquinários para os produtores agropecuários.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Exemplos:

- 1) Cessão Dentre os incentivos ao Programa de Estímulo a Bovinocultura de Leite, está o empréstimo sem ônus de máquina para preparo de áreas para produção de alimentos (limpeza de novas áreas, retirada de tocos e pedras) e no preparo de terraplanagem para construção de confinamentos e salas de ordenha e outras benfeitorias ligadas à atividade;
- 2) Aluguel Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário, Econômico e Social que prevê alugar para o produtor: trator de Esteiras - até 15 horas por propriedade; trator Agrícola - até 12 horas por propriedade; retroescavadeira até 10 horas por propriedade, escavadeira hidráulica - até 10 horas por propriedade.

Quesito 13 – O governo estadual desenvolve programa ou ação para estímulo à:

Este quesito investiga se o governo estadual desenvolve programa ou ação, exclusivamente ou em parceria com outras instituições, para estímulo de determinadas formas de produção.

Assinale, conforme o caso, a opção:

13.1 - Agricultura orgânica	forma de produção agrícola na qual não são permitidas a utilização de fertilizantes artificiais, agrotóxicos e sementes ou mudas transgênicas.
13.2 - Agricultura familiar	modelo de agricultura onde a gestão da propriedade e a mão de obra são familiares, tendo a atividade produtiva agropecuária como a principal fonte de renda.
13.3 - Aquicultura	técnicas de cultivo não só de peixes, mas também de crustáceos (como o camarão ou lagosta), moluscos (como ostras, vieiras e mexilhões), algas e outros organismos que vivem em ambientes aquáticos.
13.4 - Pesca	captura de animais aquáticos do seu meio para fins de alimentação.
13.5 - Produção de hortas comunitárias	espaços de convívio, de lazer e de aprendizagem que melhoram a qualidade da alimentação das pessoas que se encontram nos centros urbanos.

Exemplos:

- Agricultura orgânica Assistência aos produtores orgânicos-ecológicos do estado via convênio, criação de programas de comercialização de produtos orgânicos, implantação de produtos orgânicos na alimentação escolar;
- Agricultura familiar Concessão de incentivos fiscais para que empresários do ramo de alimentação comprem produtos oriundos da agricultura familiar, financiem atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de agricultores familiares;
- 3) Aquicultura Organização na compra de alevinos de qualidade e transporte gratuito dos alevinos até a propriedade do solicitante;
- 4) Pesca Apoio às comunidades pesqueiras e às cooperativas e associações de pescadores, às colônias de pescadores e aquicultores, e aos quilombolas. Implantação de programas de capacitação de mão-de-obra em atividades pesqueiras (captura, transporte, acondicionamento e

tratamento), em sistemas de gerenciamento e comercialização de peixes e mariscos, apoio à instalação de estaleiro para construção de barcos, canoas de fibra tradicionais e seus reparos;

5) Programa de Hortas Comunitárias da Secretaria de Agricultura e Abastecimento que integra e articula várias ações para a implantação da horta em determinado bairro, escolas públicas e outras instituições.

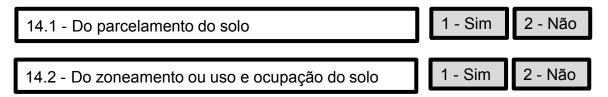
Agricultura orgânica – forma de produção agrícola na qual não são permitidas a utilização de fertilizantes artificiais, agrotóxicos e sementes ou mudas transgênicas.

Agricultura familiar – modelo de agricultura onde a gestão da propriedade e a mão de obra são familiares, tendo a atividade produtiva agropecuária como a principal fonte de renda.

Aquicultura - técnicas de cultivo não só de peixes, mas também de crustáceos (como o camarão ou lagosta), moluscos (como ostras, vieiras e mexilhões), algas e outros organismos que vivem em ambientes aquáticos.

Quesito 14 – Com relação ao solo rural, existe legislação estadual que trate:

Assinale, conforme o caso, a opção:



Do parcelamento do solo - instrumento legal que estabelece as normas, padrões e critérios para novos loteamentos, desmembramentos e unificação de terrenos rurais.

Do zoneamento ou uso e ocupação do solo - instrumento de regulação do uso e ocupação do solo rural, segundo zonas ou áreas delimitadas.

Quesito 15 – O governo estadual desenvolve programa ou ação para estimular a agroindústria?

Este quesito investiga se o governo estadual desenvolve programa ou ação, exclusivamente ou em parceria com outras instituições, para estimular a agroindústria.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não

Agroindústria - conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, piscicultura ou silvicultura.

Exemplos:

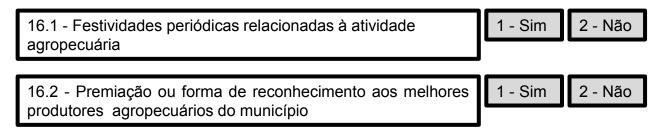
- Programa Estadual de Estímulo à Criação de Agroindústrias Pró-Agroindústria

 disponibiliza linhas de crédito para a implantação, ampliação, adequação,
 reestruturação e custeio de agroindústrias de agricultores familiares, cria mecanismos para facilitar o acesso dos agricultores familiares às linhas de crédito e, ainda, identifica, apoia e divulga iniciativas de incentivos estaduais e municipais para agroindústrias;
- 2) Dentre os incentivos ao Programa de Desenvolvimento à Agroindústria, estão: fornecer descontos no valor do aluguel de máquinas por um período prédeterminado para a instalação de agroindústrias; disponibilizar profissional para acompanhamento e desenvolvimento das ações e adequações das agroindústrias ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte.

Quesito 16 – O governo estadual promove ou apoia:

Este quesito investiga se o governo estadual promove ou apoia, **exclusivamente ou em parceria com outras instituições**, festividades periódicas relacionadas a atividade agropecuária e premiação ou forma de reconhecimento aos melhores produtores agropecuários do estado.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Exemplos:

- Festividades: Exposição Agropecuária e Produtos Derivados, Festa do Suíno Light, Festa da Ovelha, Festa da Colheita, Apoio na manutenção de eventos culturais - Filós e festas, dentre outras;
- 2) Premiação: Prêmio Mérito Rural que reconhece esforço de quem trabalha pelo agronegócio, Prêmio Troféu Agroleite, Premiação dos melhores produtores de aves, suínos e ovos férteis, Incentivo aos produtores através da Premiação ao Produtor Rural do Ano, dentre outras.

Quesito 17 – O governo estadual desenvolve programa ou ação de prevenção contra problemas climáticos para o setor agropecuário (ex.: cisternas para irrigação, açudes para reservar água para animais etc.)?

Este quesito investiga se o governo estadual desenvolve programa ou ação, exclusivamente ou em parceria com outras instituições, de prevenção contra problemas climáticos para o setor agropecuário.



Programa ou ação de prevenção contra problemas climáticos – estruturar, coordenar, viabilizar, elaborar, implantar, monitorar ações referentes aos desafios da mudança climática. Principalmente medidas de mitigação (intervenção humana com o intuito de reduzir ou remediar um determinado impacto ambiental) promovendo o entendimento entre desenvolvimento econômico e proteção do clima.

Mudança climática - mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis. (Política Nacional sobre Mudança do Clima, Lei 12.187 de 29 de dezembro de 2009).

Exemplos:

Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - mitigação da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Construção de cisternas para irrigação e para atender ao rebanho de agricultores, dependendo do regime pluviométrico de cada região, parte da água armazenada, além do consumo humano, também poderá ser utilizada para dessedentação (matar a sede) dos animais, ou destinada à irrigação de uma pequena horta, suficiente para abastecer a família de verduras e legumes.

Nos quesitos 18, 19 e 20 investigamos a atividade de assistência técnica e extensão rural.

Na pesquisa a atividade é abordada de 3 formas:

- 1) No quesito 18 as entidades públicas que atuam no município;
- 2) No 19 as entidades públicas e privadas que tenham convênio com a prefeitura;
- 3) No 20 as empresas privadas e ONG's que possuem contrato ou parceiros da prefeitura.



Quesito 18 – Órgão público que atue na assistência técnica e/ou extensão rural no estado: (admite múltipla marcação)

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

18.1 - Órgão estadual

18.2 - Órgão federal

18.3 - Não existe

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Assistência técnica e/ou extensão rural - são atividades de transmissão de conhecimentos a pessoas do meio rural, visando à melhoria dos processos de produção, beneficiamento e comercialização. A diferença entre a assistência técnica rural e a extensão rural é que a primeira destina-se à resolução de problemas pontuais do agricultor, enquanto a segunda diz respeito a um processo mais contínuo de educação.

Consta na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater, lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010) o conceito de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Quesito 19 – Instituições que prestam apoio às atividades agropecuárias, seja em assistência técnica, extensão rural ou áreas correlatas que possuem convênio com o governo estadual:

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Instituições públicas
 2 - Instituições privadas
 3 - Instituições públicas e privadas
 4 - Não possui convênio

Exemplos:

- 1) A EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) é uma empresa ligada à secretaria estadual de agricultura e existe em vários estados;
- 2) Em São Paulo é a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, que faz esse papel;
- No Espírito Santo existe o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Governo do Estado do Espírito Santo);
- 4) Existem ainda empresas de pesquisas como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que pontualmente fazem ações de extensão rural e assistência técnica:
- 5) Instituto Agronômico do Paraná IAPAR, instituto semelhante à EMBRAPA, cuja área de atuação é o estado do Paraná, sendo vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento deste estado;
- 6) Universidades, Cooperativas (COATER Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural), Associações (Associação Comunidade Espinheiro, Associação dos Produtores Rurais de Cruzeiro de Santa Rita) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR (entidade privada) também fazem esse papel.

Quesito 20 – Prestadores de serviços de assistência técnica e/ou extensão rural para o setor agropecuário, contratados ou parceiros do governo estadual:

Este quesito investiga prestadores de serviços de assistência técnica e/ou extensão rural, instituições privadas com ou sem fins lucrativos (empresas privadas, ONG, consultorias, dentre outras), para o setor agropecuário, contratados ou parceiros do governo estadual.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

20.1 – Empresa privada 20.2 - Organização não governamental 20.3 - Outro

20.4 - Não contratou se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Exemplos:

ABJ Serviços e Consultoria Ltda (empresa privada - GO), AGEMTE - Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (ONG - PB), AGROFERTIL- Assessoria técnica e extensão rural Ltda (empresa privada - PA), Ação Ecológica Guaporé (ONG - RO), dentre outras.

Quesito 21 – O governo estadual desenvolve programa ou ação

Este quesito investiga se o governo estadual desenvolve programa ou ação, exclusivamente ou em parceria com outras instituições, de cunho social em apoio específico ao produtor agropecuário e para fomentar o artesanato junto às comunidades rurais e em que área.

Assinale, conforme o caso, a opção:

21.1 - De cunho social em apoio específico ao produtor agropecuário 1 - Sim 2 - Não (passe para o quesito 21.2)

Programa ou ação de cunho social em apoio específico ao produtor agropecuário - fortalecer as atividades realizadas pelo produtor agropecuário buscando também aumentar sua capacidade produtiva e a entrada de seus produtos nos mercados consumidores.

Quesito 21.1.1 - Área:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

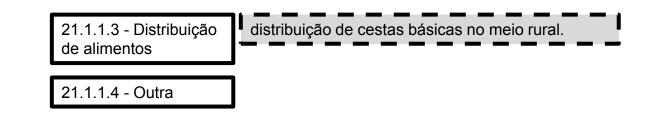
21.1.1.1 - Educação (cursos de formação ou capacitação)

21.1.1.2 - Saúde ou higiene

qualificação de produtores .

qualificação de produtores .

noções de alimentação saudável, saúde, higiene e manuseio e acondicionamento de produtos.



21.2 - Para fomentar o artesanato junto às comunidades rurais

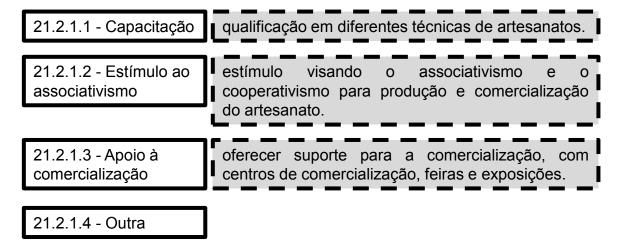
1 – Sim

2 - Não (passe para o quesito 22)

Programa ou ação para fomentar o artesanato junto às comunidades rurais - fortalecer as atividades realizadas pelo produtor agropecuário buscando também aumentar sua capacidade produtiva e a entrada de seus produtos nos mercados consumidores.

Quesito 21.2.1 - Área:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 22 – O governo estadual desenvolve programa ou ação para estímulo ao associativismo (associação de produtores, cooperativas etc.)?

Este quesito investiga se o governo estadual desenvolve programa ou ação, exclusivamente ou em parceria com outras instituições, para estímulo ao associativismo.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Associativismo - a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática), reunião de dois ou mais indivíduos usado como instrumento da satisfação das necessidades individuais humanas (nas suas mais diversas manifestações).

Cooperativismo - movimento econômico e social, entre pessoas, em que a cooperação baseia-se na participação dos associados, nas atividades econômicas (agropecuárias, industriais, comerciais ou prestação de serviços) com vistas a atingir o bem comum.

Quesito 23 – Entidades de associativismo ou representação de produtores agropecuários com registro oficial no governo estadual:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

23.1 – Sindicatos rurais

23.2 - Associações de produtores

23.3 - Cooperativas

23.4 - Não possui registro

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

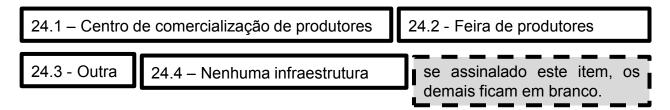
Quesito 24 – Infraestrutura disponibilizada pelo governo estadual, de uso exclusivo de produtores agropecuários, para estimular a venda direta de seus produtos à população (consumidor final):



Para uso exclusivo do produtor agropecuário.

Este quesito investiga a existência de infraestrutura disponibilizada pelo governo estadual, exclusivamente ou em parceria com outras instituições, de uso exclusivo de produtores agropecuários, para estimular a venda direta de seus produtos à população (consumidor final).

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 25 – Infraestrutura de comercialização de produtos agropecuários existente no estado:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 26 – O governo estadual possui parque de exposição próprio para uso do produtor agropecuário?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Quesito 27 – Programa ou ação para aquisição de produtos agropecuários do estado desenvolvidos pelo governo estadual:

Este quesito investiga se o governo estadual desenvolve programa ou ação, exclusivamente ou em parceria com outras instituições, para aquisição de produtos agropecuários do estado.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

27.1 – Aquisição diretamente dos produtores

27.3 - Programa de Aquisição de

Alimentos da Agricultura Familiar

27.2 - Aquisição através de entidades (associações, cooperativas, etc)

compra alimentos produzidos pela agricultura | familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas | atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e

27.4 - Outro

(PAA)

27.5 – Nenhum programa ou ação

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 28 – Programa ou ação para vacinação de rebanho desenvolvido pelo governo estadual:

nutrição.

Este quesito investiga se o governo estadual desenvolve programa ou ação, exclusivamente ou em parceria com outras instituições, para vacinação de rebanhos.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

28.1 – Vacinação gratuita de rebanhos

28.2 - Acesso a vacinas mais baratas ou financiadas

28.3 - Outro

28.4 – Nenhum programa ou ação

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 29 - O estado possui cadastro dos estabelecimentos sob Inspeção Municipal (SIM) enviado por seus municípios?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Serviço de Inspeção Municipal (SIM) – criado por lei, o SIM controla a qualidade dos produtos de origem animal, monitorando e inspecionando a sanidade do rebanho, o local e a higiene da industrialização, certificando com selo de garantia todos estes produtos. É responsável pela inspeção e fiscalização da produção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito no município

Quesito 30 – Cadastro sobre o setor agropecuário existente no estado ou em algum órgão do governo estadual:

Este quesito investiga se o governo estadual ou algum órgão do governo possui cadastro de produtores, imóveis, cooperativas e associações **que atuem no setor agropecuário**.

Devem ser considerados cadastros que estejam em planilhas eletrônicas ou correlatos.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

30.1 – De produtores agropecuários

30.2 - De imóveis rurais

30.3 - De associações de produtores

30.4 - De cooperativas

30.5 - Outros

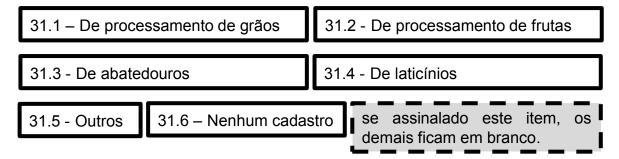
30.6 – Nenhum cadastro

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

31 - Cadastros sobre agroindústrias que atuem no estado, existentes no governo estadual ou em algum órgão estadual:

Devem ser considerados cadastros que estejam em planilhas eletrônicas ou correlatos.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 32 – O governo estadual possui algum setor ou órgão específico com a responsabilidade de levantar e arquivar informações estatísticas sobre a agropecuária estadual (área e produção agrícola, número de animais por rebanho etc.)?

Assinale, conforme o caso, a opção:

Quesito 33 – O governo estadual efetivamente faz o levantamento de estatísticas sobre a agropecuária do estado?

Este quesito investiga se o governo estadual faz levantamento de estatísticas sobre a agropecuária estadual através de uma secretaria ou órgão específico da sua administração, ou ainda, através de terceiros contratados para isso.

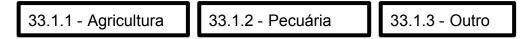
Compilar informações do IBGE ou da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) não é efetivamente fazer levantamento.

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 34)

Quesito 33.1 – De qual setor?

Se o governo estadual faz levantamento de estatísticas sobre a agropecuária estadual, este quesito investiga de qual setor é o levantamento.

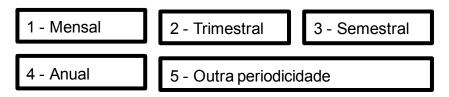
Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 33.2 - Periodicidade do levantamento:

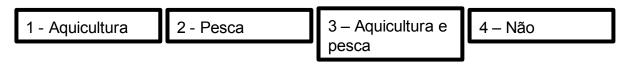
Se o governo estadual faz levantamento de estatísticas sobre a agropecuária estadual, este quesito investiga qual a periodicidade do levantamento.

Assinale, conforme o caso, a opção:



34 - O governo estadual, por meio de algum setor administrativo ou através de órgão específico, mantém registros oficiais de pessoas ou empresas que atuem na atividade de aquicultura e/ou pesca no estado?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Aquicultura - técnicas de cultivo não só de peixes, mas também de crustáceos (como o camarão ou lagosta), moluscos (como ostras, vieiras e mexilhões), algas e outros organismos que vivem em ambientes aquáticos.

Pesca - captura de animais aquáticos do seu meio para fins de alimentação.

35 - O governo estadual, por meio de algum setor administrativo ou através de órgão específico, mantém registros oficiais da existência da atividade de extração vegetal no estado?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - De produtos madeireiros

2 - De produtos não madeireiros

3 - De produtos madeireiros e não madeireiros

4 - Não

Extração vegetal – Exploração dos recursos vegetais nativos através da coleta ou apanha de produtos, isto é, sem a realização de plantio ou qualquer trato cultural na área explorada.

36 - O governo estadual possui algum programa ou ação de apoio à atividade de extração vegetal?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

37 - Existe, no estado, algum centro de comercialização de produtos da extração vegetal?

Assinale, conforme o caso, a opção:

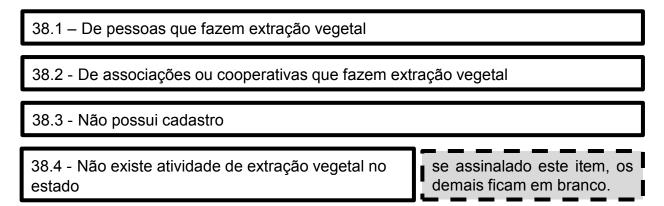
1 - Sim 2 - Não

Quesito 38 – Cadastro ligado à atividade da extração vegetal existente no governo estadual:

Este quesito investiga se o governo estadual possui cadastro de produtores (extrativistas), cooperativas e associações **que atuem no setor de extração vegetal**.

Devem ser considerados cadastros que estejam em planilhas eletrônicas ou correlatos.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



39 - Existe lei estadual que considere a produção agropecuária como um dos critérios de partição do ICMS aos municípios?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

40 - Existe lei estadual que estabelece critérios regulatórios para a aquicultura e/ou pesca no estado?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Apenas sobre aquicultura2 - Apenas sobre pesca3 - Sobre aquicultura e pesca4 - Não

41 - O governo estadual realiza estatísticas regulares sobre aquicultura e/ou pesca no estado?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Somente aquicultura 2 - Somente pesca 3 - Aquicultura e pesca

Quesito 42 – A pessoa responsável pela informação foi identificada:

Este quesito investiga se a pessoa responsável pelo Bloco de Agropecuária já foi identificada em outro Bloco do questionário, caso não identificá-la.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim informar em qual Bloco a pessoa foi identificada.2 - Não informar o nome, cargo, telefone e assinar.

▶ BLOCO 08 – MEIO AMBIENTE

Objetivo

Caracterizar a estrutura organizacional, os instrumentos e políticas existentes na estrutura da administração pública estadual, para tratar da política de meio ambiente.

Quesito 1 – O órgão gestor do meio ambiente caracteriza-se como:

Consideramos como secretarias, aquelas unidades organizacionais do governo estadual de primeiro escalão que embora possam ter nomenclatura diferente, podem ser chamadas de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outras.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Secretaria estadual exclusiva

quando o órgão gestor trata da política isoladamente.

2 - Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais quando o órgão gestor trata da política em conjunto com outras.

3 - Setor subordinado a outra secretaria

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional do estado, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a outra política.

4 - Setor subordinado diretamente à chefia do executivo

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional do estado, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

5 - Órgão da administração indireta quando o órgão gestor da política é uma entidade da administração indireta estadual, podendo se apresentar como uma fundação ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou autarquia.

6 - Não possui estrutura (passe para o quesito 6)

quando não existe estrutura organizacional no governo para a gestão da política no estado.

Exemplos:

1) A política de meio ambiente é desenvolvida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Caracterização: Secretaria estadual exclusiva;

Nome do órgão gestor do meio ambiente: Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

2) A política de meio ambiente é desenvolvida junto com a de trânsito e mobilidade na Secretaria Estadual de Turismo. Urbanismo e Meio Ambiente

Caracterização: Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais;

Nome do órgão gestor do meio ambiente: Secretaria Estadual de Turismo, Urbanismo e Meio Ambiente.

3) O meio ambiente está alocado como um departamento da Secretaria Estadual de Planejamento.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor do meio ambiente: Secretaria Estadual de Planejamento.

4) A política de meio ambiente está alocada como um departamento da Coordenação de Desenvolvimento, Planejamento e Meio Ambiente, que possui status de secretaria.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor do meio ambiente: Coordenação de Desenvolvimento, Planejamento e Meio Ambiente.

5) A política de meio ambiente está alocada junto ao Gabinete do Governador.

Caracterização: Setor subordinado diretamente à chefia do executivo;

Nome do órgão gestor do meio ambiente: Gabinete do Governador.

6) Não existe no governo estadual estrutura organizacional para tratar da política de meio ambiente.

Caracterização: Não possui estrutura;

Nome do órgão gestor do meio ambiente: em branco.

Quesito 2 – Nome do órgão gestor do meio ambiente:

Se existe órgão gestor para a política do meio ambiente, registre o nome do órgão gestor.

Quesito 3 – Sexo do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política do meio ambiente, este quesito investiga o sexo do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Masculino

2 - Feminino

Quesito 4 – Idade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política do meio ambiente, este quesito investiga a idade do(a) titular do órgão gestor.



Caso o preenchimento não seja feito pelo(a) próprio(a) gestor(a), e a pessoa responsável pelo preenchimento não saiba informar a idade exata, o quesito deverá ser preenchido com 88.

Quesito 5 – Escolaridade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política do meio ambiente, este quesito investiga a escolaridade do(a) do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Ensino fundamental(1º Grau) incompleto

do antigo primário até o ginasial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

2 - Ensino fundamental (1º Grau) completo do antigo primário até o ginasial, tendo concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

3 - Ensino médio (2º Grau) incompleto	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter concluído todo o 2º grau.
4 - Ensino médio (2º Grau) completo	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, tendo concluído todo o 2º grau.
5 - Ensino superior incompleto	graduação superior não concluída.
6 - Ensino superior completo	graduação superior concluída.
7 - Pós-graduação	cursos de pós-graduação lato sensu (especialização incluindo os cursos designados como MBA - Master Business Administration) concluídos.
8 - Mestrado	mestrado concluído.
9 - Doutorado	doutorado concluído.

Quesito 6 - Existe(m) outro(s) órgão(s), além do órgão gestor, para tratar especificamente do tema meio ambiente?



Independentemente da existência de órgão gestor para a política de meio ambiente, o quesito deve ser respondido.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Quesito 7 - Na estrutura administrativa do estado há órgão que produza estatísticas ambientais?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não

Quesito 8 - Existe representação de algum dos órgãos estaduais que tratam especificamente do tema meio ambiente nos municípios do estado?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não

Quesito 8.1 - Em quantos municípios?

Se existe representação de algum dos órgãos estaduais que tratam especificamente do tema meio ambiente nos municípios, este quesito investiga em quantos municípios existe a representação.



No preenchimento do item correspondente à quantidade de municípios, quando desconhecida, preencher o campo com 888.

Quesito 9 - Dos temas relacionados abaixo, selecione até três, dos que foram tratados de forma prioritária na atual gestão, pelo conjunto de órgãos estaduais de meio ambiente:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite até 3 marcações)

9.1 - Controle de queimadas

atuar na educação, pesquisa, prevenção, e controle e combate aos incêndios florestais e queimadas.

9.2 - Educação ambiental

construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

9.3 - Fiscalização ambiental

desenvolver ações de controle e vigilância destinadas a impedir o estabelecimento ou a continuidade de atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, ou ainda, daquelas realizadas em desconformidade com o que foi autorizado.

9.4 - Gerenciamento costeiro e gestão de recursos pesqueiros

orientar a utilização dos recursos na zona costeira e da conservação dos recursos pesqueiros e dos seus ecossistemas, para atingir a sustentabilidade das pescas.

9.5 - Gestão de recursos hídricos (inclui dragagem, despoluição) regular o uso, o controle e a proteção dos recursos hídricos, em conformidade com a legislação e normas pertinentes.

9.6 – Gestão de recursos florestais (inclui a recomposição de vegetação nativa)

regular o uso, o controle e a proteção dos recursos florestais, em conformidade com a legislação e normas pertinentes.

9.7 – Gestão do recurso solo (inclui o combate a processos erosivos, a recuperação de áreas degradadas pela mineração)

atuação em manejo e conservação do solo de forma a recuperar e manter a capacidade produtiva dos recursos naturais.

9.8 – Gestão de resíduos sólidos e perigosos

gerenciamento ambiental adequado desses resíduos bem como de áreas contaminadas por substâncias químicas

9.9 – Licenciamento ambiental

monitoramento e avaliação das ações ambientais desenvolvidas no contexto do licenciamento.

9.10 – Preservação da biodiversidade

desenvolvimento de mecanismos de proteção às espécies de valor conhecido e aquelas em risco de extinção.

9.11 – Qualidade do ar e mudanças climáticas (fiscalização de atividades poluidoras e emissão por veículos automotores)

fiscalização e controle de atividades poluidoras e de emissões de gases poluentes.

9.12 - Reciclagem

programas e ações voltadas para o reuso e reciclagem dos resíduos.

9.13 - Outros

Queimada - prática primitiva da agricultura, destinada principalmente à limpeza do terreno para o cultivo de plantações ou formação de pastos, com uso do fogo de forma controlada que às vezes pode descontrolar-se e causar incêndios em florestas, matas e terrenos grandes.

Recursos pesqueiros - são todas aquelas formas vivas, que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida

Dragagem - serviço de desassoreamento (limpeza realizada no fundo dos rios, lagoas), alargamento, desobstrução, remoção, derrocamento (retirada de material do fundo do rio, que não é oriundo de assoreamento, ou seja o material que compõe naturalmente o leito do rio, que pode ser pedregoso ou não) ou escavação de material do fundo de rios, lagoas, mares, baías e canais de acesso a portos. O principal objetivo é realizar a manutenção ou aumentar a profundidade.

Processos erosivos - se caracterizam pelo desgaste do solo e das rochas e seu transporte para as partes mais baixas dos relevos e, em geral, vão assorear (acúmulo de sedimentos) os cursos d'água. Podem ser marítimos, eólicos, glaciais, fluviais, entre outros.

Área degradada - toda área que por ação natural ou antrópica (ação do homem sobre o ambiente) teve suas características originais alteradas além do limite de recuperação natural dos solos, exigindo, assim, a intervenção do homem para sua recuperação.

Resíduos sólidos - de um modo geral todos são algum material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade.

Resíduos sólidos perigosos - são assim classificados, pois apresentam periculosidade, ou seja, uma característica apresentada por um resíduo, que em função de suas propriedades físicas, químicas ou infectocontagiosas, pode apresentar risco à saúde pública, provocando mortalidade, incidência de doenças

ou acentuando seus índices e/ou riscos ao meio ambiente, quando o resíduo for gerenciado de forma inadequada.

Biodiversidade - "Bio" significa "vida" e diversidade significa "variedade". Então, biodiversidade ou diversidade biológica compreende a totalidade de variedade de formas de vida que podemos encontrar na Terra (plantas, aves, mamíferos, insetos, microorganismos...).

Reciclagem - processo que visa transformar materiais usados em novos produtos com vista a sua reutilização.

Quesito 10 – Registre a quantidade de pessoas ocupadas na área do meio ambiente por vínculo empregatício:



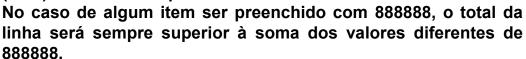
Não existindo órgão gestor para a política de meio ambiente, todos os itens do quesito devem ser preenchidos com 0 (zero).

Existindo órgão gestor para a política do meio ambiente, este quesito investiga a quantidade de pessoas ocupadas na área de meio ambiente, por vínculo empregatício.



Quando o valor de algum item for desconhecido, preencher com 888888. É necessária atenção no preenchimento dos itens no sistema, neste caso, pois todo o campo terá de ser preenchido com o número 8.

Caso não existam valores em quaisquer dos itens, registre 0 (zero) no último campo à direita.





Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	Total
10.1	10.2	10.3	10.4	10.5	10.6
2	2	8 8 8 8 8 8	8 8 8 8 8 8	2	1 0

Registre a quantidade de:

10.1 - Estatutários	servidor regido pelo Regime Jurídico Único (RJU).
10.2 - Celetistas	servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
10.3 – Somente comissionados	é o ocupante de cargo em comissão que não possui cargo efetivo. Tem como vínculo com a prefeitura, apenas o cargo comissionado que exerce.
10.4 - Estagiários	é o aluno regularmente matriculado que frequente, efetivamente, curso vinculado à estrutura do ensino público e particular, no nível superior ou no ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior, ou escolas de educação especial, aceitos na administração pública estadual, para o desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação profissional.
10.5 – Sem vínculo permanente	é o cedido por outra entidade, o prestador de serviço, o voluntário, dentre outros.
10.6 - Total	somatório dos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.4 e 10.5, se todos os itens forem diferentes de 888888.

Quesito 11 - Nos últimos tres anos servidores do estado participaram de capacitação promovida pelo governo federal na área de meio ambiente?

Este quesito investiga se nos anos de 2014, 2015 e/ou 2016, servidores do estado (administração direta ou indireta, independentemente do servidor estar lotado no órgão gestor do meio ambiente) participaram de capacitação promovida pelo governo federal na área de meio ambiente.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 13)

12 - Em qual(is) área(s) temática(s) se deu(ram) essa(s) capacitação(ões)?

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

12.1 - Estruturação da gestão estadual de meio ambiente

apoia aos estados na estruturação institucional e o fortalecimento da gestão ambiental, com a ótica da sustentabilidade sócio-ambiental-territorial, a disseminação de conhecimentos e a reflexão crítica acerca de assuntos que visam à melhoria da gestão ambiental pública

12.2 - Licenciamento

trata dos procedimentos para a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das ações ambientais desenvolvidas no contexto do licenciamento.

12.3 - Educação ambiental

orienta os agentes públicos para a reflexão e construção de alternativas que almejem a sustentabilidade.

12.4 - Educação ambiental voltada para e agricultura familiar

promove a mobilização e sensibilização social para a realização de ações que resultem na melhoria da qualidade de vida e conservação dos recursos naturais no meio rural, bem como a elaboração e implementação de políticas públicas, ações e projetos de educação ambiental no contexto da agricultura familiar.

12.5 - Cadastro Ambiental Rural forma facilitadores para o cadastramento de imóveis rurais no CAR.

12.6 - Resíduos Sólidos

orienta sobre modos de produção, consumo e destinação do lixo.

12.7 – Produção e consumo sustentáveis

dispõe conhecimentos específicos em produção e consumo sustentáveis, desenvolvendo ações e acompanhamento do sistema de gestão ambiental e economia verde

proporciona a compreensão sobre o fenômeno 12.8 - Mudança do clima da mudança do clima, suas causas, efeitos e soluções, além da construção do necessário senso de urgência decorrente do aquecimento do planeta. promove reflexão sobre 12.9 - Recursos Hídricos conceitos ferramentas de monitoramento de qualidade da I água, disponibilidade, distribuição e quantidade □ de água e sobre práticas sustentáveis de uso dos p recursos florestais e sua relação com a áqua qualifica participação dos membros а 12.10 - Participação social em de fóruns e colegiados visando o fortalecimento fóruns e colegiados de meio das políticas públicas, ações, projetos ambiente programas ambientais.

Quesito 13 - O estado possui, no âmbito de sua polícia militar, unidade específica com atribuições para reprimir crimes ambientais?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

12.11 - Outras

Quesito 14 – O estado possui Conselho Estadual de Meio Ambiente ou similar?

Assinale, conforme o caso, a opção:

2 – Sim

mesmo que não seja exclusivo da política de meio ambiente.

2 – Não (passe para o quesito 17)

Conselhos estaduais - são canais de participação do cidadão nos assuntos do estado. São a forma mais direta que os habitantes têm de participar das decisões administrativas do seu estado (sendo as outras formas de participação direta as conferências, seminários, fóruns e audiências públicas).

Exemplos de conselhos em conjunto:

Conselho Estadual de Conservação e Defesa do Meio Ambiente, Conselho Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Conselho Estadual de Meio Ambiente e Saneamento Básico, Conselho Estadual de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental, Conselho Estadual de Saneamento Ambiental.

Quesito 14.1 - Lei/ano de criação:

Se o estado possui Conselho Estadual de Meio Ambiente, este quesito investiga o número da lei e ano de criação do Conselho.

Todo conselho é criado por **Lei**, que estabelece suas competências e representantes, entre outras informações.



No preenchimento dos itens correspondentes à lei e/ou ano de criação do conselho, quando desconhecidos, preencher o campo com: 888888/8888 ou 888888/Ano ou Lei/8888.

Exemplo:



Quesito 14.2 - O Conselho é:

Se o estado possui Conselho Estadual de Meio Ambiente, este quesito investiga a composição do Conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Paritário	quando o número de conselheiros da sociedade é igual ao número dos da administração pública.	
2 - Tem maior represen- tação governamental	quando o número de conselheiros da administração pública é maior.	
3 - Tem maior represen- tação da sociedade civil	quando o número de conselheiros da sociedade é maior.	

Quesito 15 - Caráter do Conselho:

Se o estado possui Conselho Estadual de Meio Ambiente, este quesito investiga o caráter do Conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

15.1 - Consultivo	é aquele em que seus integrantes têm o papel de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.
15.2 - Deliberativo	é aquele que, efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
15.3 - Normativo	é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
15.4 - Fiscalizador	é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento

Quesito 16 - Quantidade de reuniões realizadas pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente nos últimos 12 meses:

Se o estado possui Conselho Estadual de Meio Ambiente, este quesito investiga a quantidade de reuniões (sejam elas ordinárias ou extraordinárias) realizadas nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

A frequência das reuniões ordinárias é estabelecida no regimento interno do conselho. Sempre que necessário, convocam-se reuniões extraordinárias, segundo os critérios também definidos no regimento interno.



No preenchimento do item correspondente à quantidade de reuniões, quando desconhecida, preencher o campo com 888.

Quesito 17 - O(s) órgão(s) estadual(is) responsável(is) pelo meio ambiente contou(aram) com recursos financeiros específicos no ano de 2016?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim

2 – Não (passe para o quesito 20)

Quesito 18 - Em relação ao orçamento estadual, qual o percentual de recursos financeiros destinados, em 2016, especificamente para o conjunto de órgão(s) responsável(is) pela área ambiental?

Informe o percentual, **sem casas decimais**, do total do orçamento do estado que foi destinado ao(s) órgão(s) responsável(is) pela área ambiental.



Se houve destinação de recurso para o(s) órgão(s) responsável(is) pela área ambiental e o percentual for desconhecido, preencher o campo com 88.

19 - Os recursos recebidos pelo(s) órgão(s) ambiental(is) em 2016 foram oriundos de:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

19.1 - Recurso próprio estadual 19.2 - Transferências voluntárias (de empresa repasse de recursos a título de pública, entidades de ensino e pesquisa, ONGs, cooperação, auxílio ou assistência financeira, o qual não decorra de repassadas por meio de convênio, contrato de repasse ou outro instrumento) determinação constitucional ou legal. 19.3 - Royalties quantia que é paga por alguém ao proprietário pelo direito de usar, explorar ou comercializar um produto, obra, terreno, etc. 19.4 - Taxa de licenciamento/fiscalização (multas, compensação ambiental) 19.5 - Instituição/órgão internacional 19.6 - Iniciativa privada 19.7 - Outra

Taxa ambiental - custos da análise do processo de licenciamento ambiental que devem ser ressarcidos pelo empreendedor aos órgãos ambientais competentes.

Multa - valor por uma infração.

Compensação ambiental - mecanismo financeiro que visa contrabalançar os impactos ambientais previstos ou já ocorridos na implantação de empreendimento. É uma espécie de indenização pela degradação, na qual os custos sociais e ambientais identificados no processo de licenciamento são incorporados aos custos globais do empreendedor.

Quesito 20 - O estado possui Fundo Estadual de Meio Ambiente ou similar?

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 22)

Fundos - fundos são parcelas de recursos financeiros reservados para

determinados fins especificados em lei, os quais devem ser alcançados através de planos de aplicação elaborados pelo respectivo gestor, sujeitos obrigatoriamente ao controle externo do Tribunal de Contas.

Quesito 20.1 - O conselho gestor do Fundo é o Conselho Estadual de Meio Ambiente ou similar?

Se o estado possui Fundo Estadual de Meio Ambiente, este quesito investiga se o conselho gestor do Fundo é o Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Um Fundo requer que sua gestão seja feita por um Conselho cuja composição e competência são definidas, caso a caso, nas leis que criam o Fundo. A possibilidade de uma gestão mais aberta com representantes de diferentes interesses tem levado a que muitos governos encontrem nessa combinação, Fundo + Conselho, uma solução para determinadas demandas populares em relação ao controle externo e a definição de prioridades de ação.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1- Sim 2 - Não 3 – O fundo possui um conselho gestor próprio

Quesito 21 - No ano de 2016 foi utilizado recurso do Fundo Estadual de Meio Ambiente para ações ambientais?

Se o estado possui Fundo Estadual de Meio Ambiente, este quesito investiga se foi utilizado recurso do Fundo para ações ambientais.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Quesito 22 - O estado paga diretamente por Serviços Ambientais – PSA?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 24)

Pagamento por Serviços Ambientais - PSA - é a retribuição, monetária ou não, às atividades humanas de restabelecimento, recuperação, manutenção e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ambientais e que estejam amparados por planos e programas específicos.

Quesito 22.1 - Qual a fonte dos recursos nos últimos 12 meses?

Se o estado paga diretamente por Serviços Ambientais, este quesito investiga a fonte de recursos para o pagamento dos serviços nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

22.1.1 - Orçamento estadual	22.1.2 - Governo Federal		
22.1.3 - Iniciativa privada	22.1.4 - ONG	22.1.5 - Doações	
22.1.6 - Outros outros que não os já mencionados			

Quesito 23 - Qual(is) o(s) serviço(s) ambiental(is) abrangido(s)?

Se o estado paga diretamente por Serviços Ambientais, este quesito investiga a finalidade do pagamento.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

23.1 - Que promovam a conservação e a recuperação ou melhoramento da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos

23.2 - De conservação e preservação da vegetação nativa e da vida silvestre (não considerar Unidades de Conservação da Natureza)

- 23.3 Que promovam a conservação, recuperação ou preservação do ambiente natural nas áreas de Unidades de Conservação, em suas respectivas zonas de amortecimento e nas Terras Indígenas
- 23.4 De recuperação e conservação dos solos e recomposição da cobertura vegetal de áreas degradadas, através do plantio de espécies nativas em sistema agroflorestal
- 23.5 De conservação de remanescentes da vegetação em áreas urbanas, de importância para a manutenção e melhoramento da qualidade do ar, dos recursos hídricos e da qualidade de vida da população
- 23.6 Que visem especificamente a captura e retenção de carbono, com objetivo de mitigação das mudanças climáticas (conservação/restauração de ecossistemas naturais, recuperação de áreas degradadas, e adoção de práticas de manejo de sistemas agrícolas, agroflorestais e silvipastoris)

23.7 - Outros

Unidade de Conservação (UC) - denominação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais. São "espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei" (art. 1º, I).

Quesito 24 - O estado possui legislação sobre ICMS Ecológico?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim

2 – Não (passe para o quesito 27)

ICMS Ecológico - mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que àquelas que já têm direito, dos recursos financeiros

arrecadados pelos Estados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, em razão do atendimento de determinados critérios ambientais estabelecidos em leis estaduais. Não é um novo imposto, mas sim a introdução de novos critérios de redistribuição de recursos do ICMS, que reflete o nível da atividade econômica nos municípios em conjunto com a preservação do meio ambiente.

Quesito 25 - Em 2016 foi efetuado repasse de recursos para os municípios considerando o critério do ICMS Ecológico?

Se o estado possui legislação sobre ICMS Ecológico, este quesito investiga se foi efetuado repasse aos municípios no ano de 2016.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 27)

Quesito 26 - Quais critérios ambientais foram considerados na distribuição de recursos do ICMS Ecológico?

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

- 26.1 Presença de unidades de conservação
- 26.2 Presença de terra indígena
- 26.3 Presença de outras áreas especialmente protegidas
- 26.4 Preservação de mananciais de abastecimento público
- 26.5 Coleta e destinação final de resíduos sólidos
- 26.6 Coleta e destinação final de esgoto

26.7 - Existência de cadastro rural ambiental

26.8 - Outros critérios ambientais

Quesito 27 – A pessoa responsável pela informação foi identificada:

Este quesito investiga se a pessoa responsável pelo Bloco de Habitação já foi identificada em outro Bloco do questionário, caso não identificá-la.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim informar em qual Bloco a pessoa foi identificada.2 - Não informar o nome, cargo, telefone e assinar.

CHEFE DA COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E **INDICADORES SOCIAIS Barbara Cobo Soares** GERENTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS **Cristiane dos Santos Moutinho** GERÊNCIA DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES **BÁSICAS ESTADUAIS** Vânia Maria Pacheco EQUIPE TÉCNICA DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS ESTADUAIS Marzulo Pagani Vivacqua Rosane Teixeira de Siqueira e Oliveira Sandra Maria Barreto